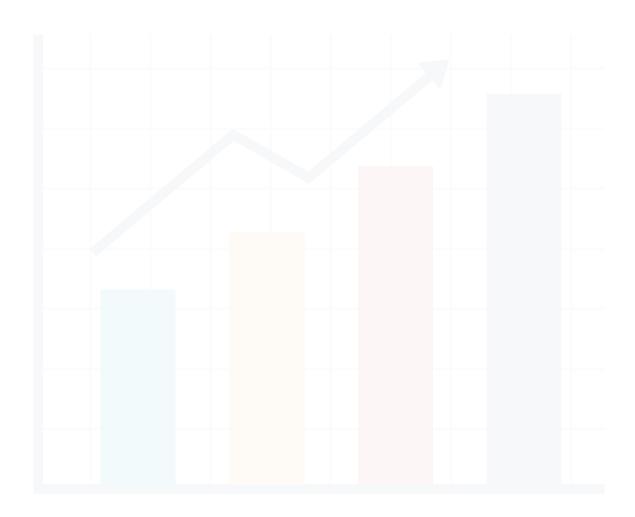
HOSPITAL PRONTONORTE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018







HOSPITAL PRONTONORTE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis Balanços patrimoniais
Demonstrações do resultado
Demonstrações do resultado abrangente
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Demonstrações dos fluxos de caixa
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas do **Hospital Prontonorte S.A.** Brasília - DF

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Hospital Prontonorte S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Hospital Prontonorte S.A.** em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 30 de abril 2018, emitimos relatório de auditoria sem ressalvas sobre as demonstrações contábeis do **Hospital Prontonorte S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 que ora estão sendo reapresentados. Conforme descrito na Nota Explicativa no 3.15, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas com ajustes retrospectivos decorrentes da retificação de erro pelo não registro dos créditos tributários decorrentes de diferenças temporais. Como consequência, as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram retificadas, conforme previsto na Resolução no 1.179/09 do Conselho Federal de Contabilidade e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (NBC TG 23 (R1), refletindo os ajustes para fins de comparabilidade entre os exercícios apresentados. Nossa opinião continua sendo sem modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes aos períodos anteriores foram ajustados de forma retrospectiva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de maio de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP/013846/0-1

Fabiano de Oliveira Barbosa Contador CRC DF 015827/0-3

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

| Ativo | | | |
|---------------------------|------------------|------------|----------------------------|
| | Nota Explicativa | 31/12/2018 | 31/12/2017 (Reapresentado) |
| Circulante | | | <u> </u> |
| Caixa e Equivalentes | 5 | 2.236 | 8.186 |
| Contas a receber clientes | 6 | 26.431 | 23.079 |
| Adiantamentos | 7 | 2.757 | 1.810 |
| Estoques | 8 | 3.623 | 4.689 |
| Impostos a recuperar | 9 | 7.548 | 7.320 |
| Outros créditos | | 319 | 257 |
| | | 42.914 | 45.341 |
| Não circulante | | | |
| Partes Relacionadas | 15 | - | 3.920 |
| Tributos s Recuperar LP | 19 | 6.003 | 5.393 |
| Outros Créditos de LP | | 290 | 254 |
| Imobilizado | 10 | 91.717 | 80.193 |
| Intangível | | 19 | 19 |
| | | 98.029 | 89.779 |
| Total do ativo | · | 140.943 | 135.120 |

| Passivo e PL | | | |
|---------------------------------|------------------|------------|---------------------------|
| | Nota Explicativa | 31/12/2018 | 31/12/2017(Reapresentado) |
| Circulante | | | ' |
| Fornecedores | 11 | 6.178 | 8.836 |
| Empréstimos e Financiamentos | 17 | 2.219 | 2.422 |
| Obrigações trabalhistas | 12 | 5.349 | 4.830 |
| Obrigações tributárias | 13 | 1.188 | 1.791 |
| Adiantamentos de Terceiros | | 421 | 454 |
| Dividendos a Pagar | 18 | 3.184 | 4.391 |
| | | 18.539 | 22.724 |
| Não circulante | | | |
| Tributos Diferidos LP | 13 | 4.465 | 3.472 |
| Empréstimos e Financiamentos LP | 17 | 7.951 | 10.624 |
| Obrigações Partes relacionadas | 15 | 7.296 | 10.368 |
| Outras Obrigações de LP | | 292 | - |
| Provisões Trabalhistas e Cíveis | 14 | 4.791 | 3.898 |
| | | 24.795 | 28.362 |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Capital Social | | 5.552 | 5.552 |
| Reserva de Capital | | 2.751 | 3.249 |
| Reserva Legal | | 1.110 | 1.464 |
| Reserva de Lucros | | 88.196 | 73.769 |
| | | 97.609 | 84.034 |
| Total do passivo e do PL | | 140.943 | 135.120 |

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

| | Nota | Período de doz | e meses findos em: |
|---|-------------|----------------|--------------------|
| | Explicativa | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| (=) Receita Líquida | 19 | 120.878 | 107.557 |
| (-) Custos dos Serviços Prestados | 20 | (72.053) | (55.070) |
| (=) Lucro Bruto | | | 48.825 52.487 |
| | | | |
| (+/-) Despesas/receitas Operacionais | | | (44.193) (39.140) |
| Despesas operacionais | 21 | (32.394) | (29.006) |
| Depreciação e Amortização | | (1.493) | (1.202) |
| Outras receitas operacionais | | 84 | 1.290 |
| Outras despesas operacionais | 22 | (10.390) | (10.222) |
| (=) Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 4,632 | 13.347 |
| () -uero eperuerenta antee de recutado initalisens | | | |
| Resultado Financeiro | | 48 | 797 |
| Receitas financeiras | | 778 | 2.125 |
| Despesas financeiras | | (730) | (1.328) |
| (-) Lucro entes de ID e Contribuição Social | | 4.680 | 14.144 |
| (=) Lucro antes do IR e Contribuição Social | | 4.080 | 14.144 |
| IR e Contribuição Social Sobre o Lucro | 23 | (2.351) | (8.312) |
| Corrente/Diferido Fiscal | | (2.962) | (5.354) |
| Diferido | | 611 | (2.958) |
| | | | |
| (=) Lucro/Prejuízo do Exercício | | 2.329 | 5.833 |
| Quantidade de ações | | 296 | 296 |
| Lucro líquido por ação | | 7,87 | 19,71 |
| | | .,0. | 10,11 |

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

| | 2018 | 2017 |
|--|-------|-------|
| Lucro/(Prejuízo) do Exercício | 2.329 | 5.833 |
| Total do resultado abrangente do exercício | 2.329 | 5.833 |

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

| | Capital Social | Reserva de Capital | Reserva Legal | Disposição da Assembleia | Avaliação Patrimonial | Resultado do Período | Patrimônio Líquido |
|--------------------------------------|----------------|-----------------------|------------------|-----------------------------|--------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 5.552 | (36) | 1.464 | 70.010 | 3.285 | - | 80.274 |
| | | | | | | | |
| Dividendos a Distribuir JCP | - | - | - | - | - | (2.073) | (2.073) |
| Saldos a Disposição da Assembleia | - | - | - | 3.759 | - | (3.759) | - |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | - | 5.833 | 5.833 |
| | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 5.552 | (36) | 1.464 | 73.769 | 3.285 | - | 84.034 |
| | | | | ' | | | |
| Efeitos Adoção CPC 48 | - | - | - | 10.788 | - | - | 10.788 |
| Realização da Reserva de Reavaliação | - | - | - | - | (498) | - | (498) |
| Dividendos a Distribuir e JCP | - | - | - | - | - | (282) | (282) |
| Reversão de Provisão de Dividendos | - | - | - | 1.238 | - | - | 1.238 |
| Saldos a Disposição da Assembleia | - | - | (354) | 2.401 | - | | - |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | - | 2.329 | 2.329 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 5.552 | (36) | 1.110 | 88.196 | 2.787 | | 97.609 |

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 (Reapresentado) |
|---|------------|----------------------------|
| Resultado do exercício | 2.329 | 5.833 |
| Depreciação e amortização | 1.493 | 1.202 |
| Constituição de PCLD | 1.043 | 6.578 |
| Realização da Reserva de Reavaliação | (497) | - |
| Provisão Contingências Trabalhistas e Cíveis | 893 | 2.127 |
| Lucro ajustado | 5.261 | 15.740 |
| Contas a receber de clientes | (4.395) | 1.724 |
| Adiantamentos | (948) | 3.832 |
| Estoques | 1.066 | (1.263) |
| Tributos a recuperar | (228) | (1.790) |
| Outros Créditos | (61) | (130) |
| Tributos a recuperar LP | (610) | 2.958 |
| Outros Créditos de LP | (36) | (119) |
| Fornecedores | (2.658) | 4.321 |
| Obrigações trabalhistas e sociais | 519 | 850 |
| Obrigações tributárias | (602) | 949 |
| Adiantamentos de Terceiros | (35) | 46 |
| Dividendos a Pagar | (1.206) | (6.334) |
| Outras Contas a Pagar | - | (0) |
| Tributos Diferidos | 992 | (1.895) |
| Outras Obrigações de LP | 293 | - |
| Caixa líquido das atividades operacionais | (2.648) | 18.889 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Partes Relacionadas | 3.920 | 140 |
| Imobilizado | (13.017) | (15.589) |
| Intangível | - (10.01.) | (14) |
| Caixa líquido das atividades de investimentos | (9.097) | (15.463) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Empréstimos e Financiamentos | (203) | - |
| Empréstimos e Financiamentos LP | (2.673) | (2.431) |
| Obrigações Partes Relacionadas | (3.073) | (6.824) |
| Reversão de Dividendos | 1.238 | (2.073) |
| Dividendos Distribuídos | (282) | (2.070) |
| Efeitos Adoção CPC 48 | 10.788 | _ |
| Caixa líquido das atividades de financiamentos | 5.795 | (11.328) |
| Aumento/(redução) líquido de caixa | (5.950) | (7.902) |
| Caixa no início do período | 8.186 | 16.088 |
| Caixa no final do período | 2.236 | 8.186 |
| Aumento/(redução) líquido de caixa | (5.950) | (7.902) |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O **Hospital Prontonorte S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de Companhia de capital fechado. A Companhia é um hospital situado em Brasília-DF, com sua finalidade única e exclusiva de prestação de serviços hospitalares completos e internação.

A Companhia está localizada no Setor Hospitalar Norte, Conjunto G, Asa Norte.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2018.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos sequintes itens:

- Provisão para devedores duvidosos;
- Reconhecimento de receita:
- Depreciações do ativo imobilizado;
- Provisões para contingências; e
- Instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, sendo que os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 10) e a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (Nota 6). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

2.5. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2018. Segue abaixo a avaliação do Hospital PRONTONORTE dos impactos destas novas normas e interpretações.

2.5.1. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018

a) A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a norma CPC 47

Receita de Contratos com Clientes, não havendo expectativa de impacto significativo na adoção para as demonstrações financeiras do Hospital, no exercício de 31 de dezembro de 2018, conforme destacado a seguir.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1° de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

Conforme estipulado no pronunciamento técnico CPC 47, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018, a taxa inicial não restituível deverá ser reconhecida como um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros, sendo a receita registrada quando esses bens ou serviços forem prestados.

b) Receita de Contrato com Cliente CPC 48

O CPC 48 estabelece a forma de classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui as regras dispostas no CPC 38, que trata da classificação e da mensuração de instrumentos financeiros.

Dentre as principais alterações, destaca-se: (i) os novos critérios de classificação/mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) a flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Em análise ao novo modelo de *impairment* dos ativos financeiros estabelecido no CPC 48, observa-se que a imparidade passa a ser constituída com base nas perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas. O grupo visualiza impacto nas Demonstrações Contábeis, uma vez que no novo modelo normativo as estimativas de perdas não consideram somente os títulos vencidos e não pagos como base para a constituição da perda de crédito de liquidação duvidosa, mas sim, todos os créditos a receber.

Essa classificação exigirá um julgamento relevante sobre como os fatores a seguir, afetam as perdas esperadas de crédito: (i) as mudanças em fatores econômicos; (ii) o contexto no qual o cliente está inserido; (iii) a situação financeira do cliente; e (iv) o histórico do cliente frente ao Grupo Santa.

Nesse contexto, a Companhia aplicou a partir de 2018, conforme orientação da CVM, a abordagem simplificada para registrar as perdas esperadas durante toda a vida do "contas a receber" dos seus clientes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

3. Práticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.3. CPC 48 - Instrumentos Financeiros, Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD

Esse novo CPC, equivalente ao IFRS 9, estabelece como ano de sua adogão o exercício de 2018. Nesse sentido, introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros, novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração do Grupo Santa revisou seus ativos e passivos financeiros e não identificou impactos relevantes na classificação e mensuração, assim como na contabilização de hedge, uma vez já estarem alinhadas com as práticas de administração de risco do Grupo Santa. Quanto ao modelo de "impairment" (de perda incorrida para perda esperada) a Companhia finalizou os estudos de implementação dessa norma e auferiu uma redução estimada na provisão no valor de R\$ 10.787.636 no total de provisão sobre a carteira de recebíveis. Entretanto, considerando o comportamento atípico de sua carteira de recebíveis, ao longo do próximo exercício, o Grupo Santa continuará a avaliar o seu modelo de provisionamento de forma a adequá-lo ao comportamento específico de sua carteira de recebíveis. Em resumo, o impacto inicial desta norma será reconhecido contra o Patrimônio Líquido da Companhia no montante de R\$ 10.787.636, líquido de impactos tributários (em 1° de janeiro de 2018).

3.4. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da utilização por meio de prestação de serviço ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

3.5. Propriedade para investimento

A Companhia é proprietária terrenos mantidos para fins de valorização. Os terrenos não são utilizados pela Companhia e está demonstrado ao custo de aquisição.

3.6. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada.

3.7. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações não relacionadas a atividade fim da Cooperativa. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.8. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e passivos não circulantes, em função do seu prazo contratual de pagamento.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

3.10. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando Companhia têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

3.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de tributos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia;
- (iii) Critérios específicos em conformidade com o CPC 47 tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Prestação de serviços – Convênios

A Companhia presta serviços hospitalares e seus clientes, os convênios de saúde, são sua principal fonte de faturamento. As vendas são reconhecidas no momento da prestação de contas para o usuário do plano de saúde junto à Companhia. Portanto, todo seu faturamento é comprovado através de notas fiscais e documentos (Laudos) que evidenciam os serviços prestados aos clientes.

b) Prestação de serviços - Glosas

- As receitas de glosas tratam-se de receitas anteriormente canceladas e que foram recuperadas. O trâmite é dado da seguinte forma:
- A Companhia emite nota fiscal e documentos (Laudos) que evidenciam os serviços prestados aos clientes.
- Os convênios, por sua vez, tem o direito de enviar uma perícia em campo para identificar nos laudos apresentados, se existem serviços prestados pela Companhia que estão fora da cobertura dos convênios, seja por questões contratuais ou outros motivos.
- A Companhia, quando recebe os comunicados das glosas, registra como cancelamento contábil e fiscal, em primeiro momento, a fim de fazer a liquidação da fatura da parte que não foi glosada.
- Mesmo após as glosas por parte dos convênios e a Companhia ter aceitado em primeiro momento, ainda é reservado o direito da Companhia a recorrer das glosas e transformá-las novamente em receita. Por isso, existe a necessidade de registrar receitas de glosas.

c) Prestação de serviços - Particulares

As receitas pelo canal de vendas "Particulares" são registradas de duas formas:

- Clientes que não possuem convênios e contratam os serviços diretamente da Companhia, portanto, as receitas são faturadas diretamente aos pacientes, usuários dos serviços hospitalares;
- Os consultórios utilizados pelos médicos são alugados. Portanto, trata-se de receitas de aluguel de consultórios registrada por regime de competência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

d) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva e descontos obtidos.

3.12. Distribuição de dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Outras obrigações", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.13. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferido.

3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores recebidos de clientes e pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.15. Ajustes retrospectivos decorrentes de retificação de erros

Em decorrência de determinadas retificações de erros nas políticas contábeis, o Hospital Prontonorte S.A. efetuou ajustes retrospectivos. Como consequência, as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 foram retificadas, conforme previsto na Resolução nº 1.179/09 do Conselho Federal de Contabilidade e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (NBC TG 23 (R1)), refletindo os ajustes para fins de comparabilidade entre os exercícios sociais apresentados, a seguir apresentamos conciliação da quantificação dos efeitos sobre as demonstrações contábeis:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

| HPN | 31 de d | lezembro de | 2017 | 01 de | janeiro de 2 | 2017 |
|-----------------------------|---------------------|-------------|------------------|---------------------|--------------|------------------|
| | Saldos Originais | Ajustes | Saldos Finais | Saldos Originais | Ajustes | Saldos Finais |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | | | |
| Caixa e Equivalentes | 8.186 | | 8.186 | 16.088 | | |
| Contas a receber clientes | 23.079 | | 23.079 | 31.382 | | |
| Adiantamentos | 1.810 | | 1.810 | 5.642 | | |
| Estoques | 4.689 | | 4.689 | 3.426 | | |
| Tributos a recuperar | 7.320 | | 7.320 | 5.530 | | |
| Outros créditos | 257 | | 257 | 127 | | |
| | 45.341 | | 45.341 | 62.195 | | |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 1 | | | | | |
| Partes Relacionadas | 3.920 | | 3.920 | 4.060 | | 4.060 |
| Tributos a recuperar LP (a) | 8.351 | (2.958) | 5.393 | - | 8.351 | 8.351 |
| Outros Créditos de LP | 254 | | 254 | 135 | | 135 |
| Imobilizado | 80.193 | | 80.193 | 65.807 | | 65.807 |
| Intangível | 19 | | 19 | 4 | | 4 |
| | 92.737 | | 89.779 | 70.006 | | 78.357 |
| TOTAL DO ATIVO | 138.078 | | 135.120 | 132.201 | | 140.55 |
| | | | | | | |
| PASSIVO CIRCULANTE | | | | | | |
| Fornecedores | 8.836 | | 8.836 | 4.515 | | 4.515 |
| Empréstimos e Finan. | 2.422 | | 2.422 | 2.421 | | 2.421 |
| Obrigações trabalhistas | 4.830 | | 4.830 | 3.980 | | 3.980 |
| Obrigações tributárias | 1.791 | | 1.791 | 842 | | 842 |
| Adiant. de Terceiros | 454 | | 454 | 408 | | 408 |
| Dividendos a Pagar | 4.391 | | 4.391 | 10.725 | | 10.725 |
| | 22.724 | | 22.724 | 22.891 | | 22.891 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | | |
| Tributos Diferidos | 3.472 | | 3.472 | 5.367 | | 5.367 |
| Empréstimos e Finan. LP | 10.624 | | 10.624 | 13.055 | | 13.055 |
| Obrig. com Pessoas Ligadas | 10.368 | | 10.368 | 17.193 | | 17.193 |
| Prov. Contingencias | 3.898 | | 3.898 | 1.771 | | 1.771 |
| | 28.362 | | 28.362 | 37.386 | | 37.386 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | |
| Capital Social | 5.552 | | 5.552 | 5.552 | | 5.552 |
| Reserva de Capital | 3.285 | | 3.285 | 3.285 | | 3.285 |
| Reserva Legal | 1.428 | | 1.428 | 1.428 | | 1.428 |
| Reserva de Lucros | 76.727 | (2.958) | 73.769 | 61.659 | 8.351 | 70.010 |
| | 86.992 | | 84.034 | 71.924 | | 80.275 |
| TOTAL DO PASSIVO | 138.078 | | 135.120 | 132.201 | | 140.55 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

a) Anteriormente a Companhia não possuía um critério de constituição de provisão para contingências trabalhistas e cíveis, a partir do exercício de 2017, a administração passou a constituir a provisão de contingências trabalhista e cíveis com base em relatórios jurídicos que avaliam os risco de dispêndios pela situação de provável perda atual, dessa forma, foi necessário a reformulação dos saldos comparativos, visando apresentar os saldos dos exercícios de 2016 com o mesmo critério de provisão. Em face desses eventos estamos reapresentando a parcela referente ao IR e CSLL Diferidos sobre tais provisões, além destes, está sendo evidenciado os Impostos Diferidos sobre as Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa.

3.16. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis para adoção:

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, alinhado às normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB (órgão responsável pela harmonização contábil), emitiu os pronunciamentos elencados a seguir, que após aprovados pela CVM, passaram a ser de aplicação obrigatória pelas companhias.

Destaca-se que, apesar das normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB permitirem a adoção antecipada da norma a critério dos administradores das empresas, a CVM, a fim de manter a comparabilidade das Demonstrações Financeiras, proibiu a aplicação antecipada da norma. Dessa forma, passaram a vigorar, obrigatoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2018 os CPC(s) 47 e 48 e passa a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2).

Assim, em análise aos possíveis impactos gerados com a adoção dessas normas, verificou-se o seguinte:

- a. reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais;
- b. reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e
- c. reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Companhia, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (contas a receber), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado: i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e ii) com relação ao contas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

a receber os valores estão concentrados em operadoras de planos de saúde, entretanto as condições contratadas são normalmente observadas pelas partes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos, exceto a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a provisão para glosas médicas.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Companhia, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------------------------|------------|------------|
| Caixa e bancos | 1.786 | 775 |
| Aplicações Financeiras de curto prazo | 450 | 7.411 |
| Total | 2.236 | 8.186 |

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Contas a receber

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Convênios de assistência | 45.091 | 51.601 |
| Clientes particulares | 928 | 1.216 |
| (-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa | (13.289) | (24.498) |
| Total Contas a Receber de Clientes | 32.730 | 28.319 |
| | | |
| Créditos Recebidos a Conciliar | (7.123) | (5.894) |
| Cheques a Receber | 321 | 323 |
| Cartões de Créditos | 503 | 331 |
| Total | 26.431 | 23.079 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Em função da adoção do CPC 48 a empresa teve uma redução no valor dos registros das provisões de perdas, pois antes só se provisionava os créditos vencidos a mais de 360 dias. Com a adoção passou a provisionar o risco de perda da carteira inclusive dos valores a vencer. Durante o processo de adoção percebeu-se que haviam créditos que eram recebidos com mais de 360 dias, o que neste caso, acabou melhorando o índice de provisão.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| A Vencer | 9.178 | 15.154 |
| Vencidos até 30 dias | 8.142 | 8.181 |
| Vencidos de 31 até 60 dias | 3.024 | 4.258 |
| Vencidos de 61 até 90 dias | 1.501 | 1.404 |
| Vencidos de 91 até 180 dias | 3.627 | 745 |
| Vencidos de 181 até 360 dias | 9.487 | 681 |
| Vencidos acima de 361 dias | 11.060 | 22.394 |
| (-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa | (13.289) | (24.498) |
| Total | 32.730 | 28.319 |

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise global dos clientes, por meio do "aging list", considerando as perdas incorridas e esperadas. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 5 anos, bem como outros critérios individualizados.

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|----------------|------------|------------|
| Saldo Inicial | (13.711) | (36.664) |
| Adições/Baixas | 422 | 12.166 |
| Saldo Final | (13.289) | (24.498) |

Levando em consideração o CPC 48, se as regras contábeis abortadas por este fossem adotadas em 2017, o valor a registrar de PECLD no período seria de R\$ 24.498, apurado conforme tabela a seguir:

| | 31/12/2017 |
|--|------------|
| Convênios de assistência | 51.601 |
| Clientes particulares | 1.216 |
| (-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa | (13.711) |
| Total Contas a Receber de Clientes | 39.106 |
| Créditos Recebidos a Conciliar | (5.894) |
| Cheques a Receber | 323 |
| Cartões de Créditos | 332 |
| Total | 33.867 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

| | 31/12/2017 |
|--|------------|
| A Vencer | 15.154 |
| Vencidos até 30 dias | 8.181 |
| Vencidos de 31 até 60 dias | 4.258 |
| Vencidos de 61 até 90 dias | 1.404 |
| Vencidos de 91 até 180 dias | 745 |
| Vencidos de 181 até 360 dias | 681 |
| Vencidos acima de 361 dias | 22.394 |
| (-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa | (13.711) |
| Total | 39.106 |

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

| | 31/12/2017 |
|----------------|------------|
| Saldo Inicial | (25.876) |
| Adições/Baixas | 12.165 |
| Saldo Final | (13.711) |

7. Adiantamentos

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| Adiantamentos Fornecedores de Materiais | 725 | 839 |
| Adiantamentos Fornecedores de Serviços | 1.793 | 821 |
| Adiantamentos Fornecedores de Diversos | - | - |
| Adiantamentos a funcionários | 23 | 150 |
| Total | 2.757 | 1.810 |

8. Estoques

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Medicamentos e Material Hospitalar (a) | 2.390 | 2.815 |
| Almoxarifado em Geral | 1.224 | 1.865 |
| Outros Estoques | 9 | 9 |
| Total | 3.623 | 4.689 |

(a) Estoques representados pelos medicamentos e materiais que são utilizados diretamente na prestação dos serviços médicos aos pacientes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

9. Impostos a recuperar

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| Saldo Negativo de IRPJ | 4.875 | 4.683 |
| Saldo Negativo de CSLL | 1.938 | 1.781 |
| ISS 2% Retenções Convênios Privados | 85 | 330 |
| COFINS Retenções Órgãos Públicos | 293 | 170 |
| PIS Retenções Órgãos Públicos | - | 1 |
| ISS Recolhimento a Maior | - | - |
| COFINS Recolhimento a Maior | 210 | 201 |
| Pis Recolhimento a Maior | 46 | 44 |
| IRRF Recolhimento a Maior | - | - |
| Incentivo Cultural (ISS Lei 5.021/2013) | 4 | 78 |
| Pert IOF | 97 | 32 |
| IR - Diferido s/ PCLD | 4.446 | 4.116 |
| CSLL - Diferido s/ Contingências | 1.557 | 1.277 |
| Total | 13.551 | 12.713 |
| Circulante | 7.548 | 7.320 |
| Não circulante | 6.003 | 5.393 |
| | 13.551 | 12.713 |

10. Imobilizado

| | 2018 | | 20 | 017 | |
|----------------------------|---------|--------------------------|------------------|------------------|------------------------------|
| Descrição do Bem | Custo | Depreciação Acumulada | Valor Líquido | Valor Líquido | Taxa anual de depreciação |
| Edificações e Construções | 2.425 | (1.526) | 899 | 899 | 2% |
| Móveis e utensílios | 2.101 | (683) | 1.418 | 1.120 | 10% |
| Máquinas e equipamentos | 18.439 | (4.228) | 14.211 | 8.080 | 7,14% |
| Equip. Medicina e Cirurgia | 1.240 | (317) | 923 | 1.025 | 10% |
| Terrenos | 2.275 | - | 2.275 | 2.275 | 0% |
| Reavaliação - Edificações | 2.488 | (1.779) | 709 | 809 | 4% |
| Equipamentos de Radiologia | 599 | (423) | 176 | 219 | 10% |
| Equip. de Informática | 1.461 | (609) | 852 | 478 | 20% |
| Construções em Andamento | 69.193 | - | 69.193 | 58.521 | 0% |
| Veículos | 341 | (89) | 252 | 208 | 20% |
| Instalações | 147 | (146) | 1 | 4 | 10% |
| Outros | 808 | - | 808 | 6.555 | 0 a 20% |
| Total | 101.517 | (9.800) | 91.717 | 80.193 | |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

A Administração do Hospital Prontonorte S.A. realizou o levantamento físico em relação aos bens do ativo imobilizado, os quais foram validados em laudo por meio da empresa (VR GROUP Auditores & Consultores) especializada em controles e mensurações de ativos imobilizado, a qual teve por finalidade de avaliar e mensurar o valor dos ativos por maior grau de relevância, bem como suas depreciações em função do prazo de vida útil estimada dos bens, adequando-se as normas contábeis e tributárias.

| | 2016 | | 20 | 017 | | | 20 | 018 | |
|--------------------------------|---------|------------|----------|--------------|---------|------------|---------|--------------|---------|
| Descrição do Bem | Líquido | Aquisições | Baixas | Dep. Período | Líquido | Aquisições | Baixas | Dep. Período | Líquido |
| Edificações e Construções | 1.526 | - | (606) | (117) | 803 | - | - | (97) | 706 |
| Móveis e utensílios | 2.267 | 971 | (1.167) | (951) | 1.120 | 521 | (34) | (189) | 1.418 |
| Máquinas e equip. Hospitalares | 4.531 | 6.240 | (149) | (2.542) | 8.080 | 7.401 | (7) | (1.262) | 14.212 |
| Equip. Medicina e Cirurgia | 103 | 1.856 | 659 | (1.594) | 1.025 | 37 | (15) | (125) | 922 |
| Terrenos | 2.275 | - | - | - | 2.275 | - | - | - | 2.275 |
| Reavaliação - Edificações | 907 | - | 1 | (3) | 905 | - | 0 | (4) | 901 |
| Equip. de Radiologia | 688 | 5.255 | (3.903) | (1.821) | 219 | 29 | 20 | (92) | 176 |
| Equip. de Informática | 508 | 481 | (1) | (510) | 478 | 556 | (6) | (176) | 852 |
| Construções em Andamento | 52.363 | 6.223 | (65) | - | 58.521 | 10.926 | (255) | - | 69.193 |
| Veículos | 51 | 191 | 1 | (35) | 208 | 103 | - | (58) | 253 |
| Instalações | 30 | 903 | (21) | (908) | 4 | 38 | - | (41) | 1 |
| Outras Imobilizações | 2.221 | 10.069 | (5.735) | - | 6.555 | 3.561 | (9.308) | - | 808 |
| Total | 67.470 | 32.189 | (10.985) | (8.481) | 80.193 | 23.172 | (9.308) | (2.043) | 91.717 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

11. Fornecedores a pagar

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------|-------|-------|
| Materiais e Medicamentos | 4.030 | 7.359 |
| Serviços Médicos | 251 | 161 |
| Serviços de Manutenção | 1.897 | 1.316 |
| Total | 6.178 | 8.836 |

12. Obrigações trabalhistas e sociais

| | 2018 | 2017 |
|----------------------------------|-------|-------|
| Salários e ordenados | 1.520 | 1.532 |
| Provisão trabalhistas e encargos | 3.007 | 2.578 |
| FGTS | 201 | 171 |
| INSS | 621 | 549 |
| Total | 5.349 | 4.830 |

13. Obrigações tributárias

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-------------------|------------|------------|
| COFINS a recolher | 181 | 425 |
| PIS a recolher | 39 | 80 |
| IRPJ a recolher | 284 | 208 |
| CSLL a recolher | - | 82 |
| Retenção 4,65% | 201 | 151 |
| INSS Retenção PJ | 131 | 77 |
| IRRF | 209 | 150 |
| ISS | 143 | 122 |
| IOF | - | 496 |
| COFINS diferido | 762 | 466 |
| PIS diferido | 165 | 101 |
| IRPJ diferido | 2.601 | 2.136 |
| CSLL diferido | 937 | 769 |
| | 5.653 | 5.263 |
| Circulante | 1.188 | 1.791 |
| Não circulante | 4.465 | 3.472 |
| | 5.653 | 5.263 |

14. Provisão Trabalhistas e Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração do Hospital Prontonorte S.A. adotou os critérios de provisionamentos de provisões trabalhistas e cíveis, por meio de critérios internos administrativos e acompanhamentos jurídicos, mantendo os controles e aprimorando dos critérios de avaliação, nos controles internos, nos critérios de reconhecimento e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências. Abaixo apresentamos as principais características:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

a) Processos classificados como prováveis de perda e provisionados contabilmente

| Natureza | 2018 | 2017 |
|--------------|-------|-------|
| Trabalhistas | 4.774 | 3.847 |
| Cíveis | 17 | 51 |
| Total | 4.791 | 3.898 |

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b) Processos classificados como possíveis de perda e não provisionados contabilmente

| Natureza | 2018 | 2017 |
|--------------|-------|------|
| Trabalhistas | 2.528 | 411 |
| Cíveis | 40 | 265 |
| Total | 2.568 | 676 |

Os Processos classificados como possíveis de perda e não provisionados contabilmente, tiveram uma aumento em função da atualização das planilha e controles operacionais extras contábeis.

15. Partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

a) Valores a receber

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Cliente - HOSPITAL SANTA LUCIA S/A | 3 | 1 |
| Cliente - HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S/A | - | 188 |
| Cliente - CENTRO RADIOLÓGICO DE BRASÍLIA | - | 7.323 |
| Contrato de Mutuo a receber - HMA | - | 3.920 |
| Total | 3 | 11.432 |
| Contas a receber (Clientes) | 3 | 7.512 |
| Partes Relacionadas | - | 3.920 |
| Total | 3 | 11.432 |

Os valores dos mútuos são contratos de conta corrente recíprocas, nas quais as correntistas deixam a disponibilidade diária recursos financeiros em caixa único, os quais são utilizados para extinção de obrigações. Os débitos e créditos são quitados por meio de confronto periódico realizados através de balanços contábeis.

Os valores a receber de partes relacionadas de clientes fazem parte da composição das rubricas do grupo de clientes no ativo circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

b) Valores a pagar

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| Fornecedor - HOSPITAL SANTA LUCIA S/A | 133 | 27 |
| Fornecedor - HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S/A | 3 | 2 |
| Obrigações - CENTRO RADIOLOGICO DE BRASILIA | 2 | 3 |
| Contrato de Mutuo a pagar - HSL | 5.066 | 4.477 |
| Contrato de Mutuo a pagar - New HSH | 2.230 | 5.566 |
| Contrato de Mutuo a pagar - CRB | - | 128 |
| Contrato de Mutuo a pagar - CRG | - | 66 |
| Empréstimos de Acionistas | - | 131 |
| Total | 7.434 | 10.400 |
| Contas a pagar (Fornecedores) | 138 | 32 |
| Partes Relacionadas | 7.296 | 10.368 |
| Total | 7.434 | 10.400 |

Os valores a pagar com partes relacionadas de obrigações fazem parte da composição da rubrica de fornecedores no passivo circulante.

16. Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos diretores e conselho de administração corresponde a benefícios de curto prazo e os valores estão em condições normais de mercado.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

17. Empréstimos e Financiamentos

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Curto Prazo | | |
| Financiamento de Ativos Imobilizados | - | 97 |
| Empréstimos bancários | 2.219 | 2.325 |
| | 2.219 | 2.422 |
| Longo Prazo | | |
| Empréstimos bancários LP | 7.951 | 10.624 |
| | 7.951 | 10.624 |
| Total Geral | 10.170 | 13.046 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

A Administração do Hospital Prontonorte S.A. possui a seguinte composição de empréstimos.

| Entidades | 31/12/2018 | 31/12/2017 | Encargos |
|--|------------|------------|-------------|
| Empréstimo GE 1 - CP | - | 560 | 5,8% a.a. |
| Banco Do Brasil - FCO Obra | 10.170 | 12.389 | 4,12% a.a. |
| Banco Santander - Leasing Computadores | - | 97 | 15,85% a.a. |
| Total Geral | 10.170 | 13.046 | |

- a) Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem clausulas de vencimento antecipado e referem-se a financiamentos de equipamentos hospitalares, sendo que e as garantias são os próprios bens adquiridos,
- **b)** Financiamento junto ao FCO (Fundo Constitucional do Centro Oeste). As garantias são próprias as empresas do próprio Grupo.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital da Companhia era de R\$5.552 (cinco milhões e quinhentos e cinquenta e dois mil).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve alteração no capital social, sua composição é de 296 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas.

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

A reserva de lucros para investimentos e capital está representada pelos lucros não distribuídos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-----------------------------|------------|------------|
| Dividendos a pagar | 3.099 | 4.006 |
| Juros Sobre Capital Próprio | 85 | 385 |
| | 3.184 | 4.391 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

19. Receita líquida

Abaixo apresentamos a reconciliação das receitas brutas para a receita líquida:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|------------------------------|------------|------------|
| Receita Bruta de serviços | 141.157 | 130.459 |
| (-) Impostos sobre a receita | (7.397) | (6.748) |
| (-) Descontos e abatimentos | (12.882) | (16.154) |
| Receita Líquida | 120.878 | 107.557 |

20. Custos dos Serviços

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Custos com Serviços PJ | (25.655) | (18.572) |
| Custos com Pessoal | (16.712) | (12.479) |
| Custos Medicamentos e Materiais Hospitalares | (29.466) | (23.143) |
| Outros Custos Aplicado | (220) | (876) |
| Receita Líquida | (72.053) | (55.070) |

21. Despesas operacionais por natureza

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Salários e Encargos Sociais | (14.170) | (14.570) |
| Serviços de Manutenção e Conservação | (1.950) | (1.458) |
| Serviços de Terceiros | (11.904) | (8.562) |
| Despesas Tributárias | (117) | (260) |
| Materiais de Uso Consumo | (845) | (121) |
| Demais Despesas Operacionais | (3.408) | (4.035) |
| Total | (32.394) | (29.006) |

21.1. Demais despesas operacionais

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------|------------|------------|
| Utilidades | (65) | (495) |
| Despesas Auxiliares | - | (72) |
| Despesas Gerais | (3.343) | (3.468) |
| Total | (3.408) | (4.035) |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

22. Outras despesas operacionais

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (1.043) | 12.166 |
| Perdas Efetivas de Convênios e Clientes | (9.948) | (18.745) |
| Provisões p/ Contigen. Trabalhistas | (927) | (2.127) |
| Provisões p/ Contigen. Cíveis | 34 | - |
| Outras despesas operacionais | 1.494 | (1.516) |
| Total | (10.390) | (10.222) |

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Resultado Antes do Imposto de Renda e CSLL | 4.680 | 14.144 |
| Tributos com Exigibilidade Suspensa | 35 | 132 |
| Despesas não Dedutíveis | 423 | 3.247 |
| Provisões não Dedutíveis | 18.804 | (1.333) |
| Reversões | (14.908) | - |
| Distribuição de JCP | - | - |
| Base de Cálculo | 9.034 | 16.190 |
| Incentivos fiscais | (86) | (127) |
| Alíquota | 34% | 34% |
| Despesas com Imposto de Renda e CSLL | (2.351) | (8.312) |
| IR - Corrente | (2.330) | (7.029) |
| IR - Diferido | (632) | 1.675 |
| IR e CS Societária - Diferido s/ PCLD | 331 | (3.657) |
| IR e CS Societária - Diferido s/ Contingencias | 280 | 699 |

24. Seguros (Não Auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

| Item | Tipo de cobertura | Importância segurada |
|-------------------------|---|----------------------|
| Complexo das atividades | Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos Incêndio. | 17.000 |
| | | 17.000 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

25. Relacionamento com os auditores independentes

A Companhia não contratou outros serviços de não auditoria com seus auditores independentes.

26. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes de 1° de janeiro de 2019 até data de emissão dessas demonstrações contábeis e, que sejam necessárias divulgações adicionais, conforme CPC 24/IAS 10.



